

SAÚDE E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO:
ORGANIZAÇÕES FAMILIARES E ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA *

Paulete Goldenberg**

* Apresentado no III Seminário Latino-Americano de Medicina Social
Ouro Preto, MG, de 19 a 23 de outubro de 1984

** Professor Adjunto do Departamento de Medicina Preventiva da
Escola Paulista de Medicina

1. FAMÍLIA E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Por volta dos anos 30 estrutura-se a economia brasileira em bases urbano-industriais. Em meio às desigualdades sociais sobre a qual se assenta este desenvolvimento e, dos conflitos desencadeados neste processo, regulamentam-se as relações entre capital e trabalho, instituindo-se o salário mínimo que deveria cobrir as necessidades básicas de um trabalhador adulto. Acontecimentos significativos, porém, deixariam marcas profundas no quadro geral de acertos, particularmente, no decorrer dos anos 60.

Segundo Singer ⁽¹⁾ bens intermediários e de consumo durável são produzidos com tecnologia avançada, sob a organização monopolista, com base na grande empresa, associada ao capital estrangeiro. Este processo ocorre paralelamente a uma centralização de poder que toma a seu cargo a tarefa de definir a política salarial eliminando as negociações diretas entre trabalhadores e empresários. Na verdade, sob a justificativa de combate à inflação se estabelece o "arrocho salarial" que atua como instrumento de controle do custo de mão-de-obra, constituindo-se um dos mecanismos fundamentais da nova etapa de acumulação de capital. Concretamente enquanto que a inflação mantém seu inexorável curso ascendente, diante da contenção salarial, constata-se a redução do poder aquisitivo da população. O salário mínimo, em 1974, atinge o nível mais baixo desde sua institucionalização, correspondendo a 54,6% dos valores estabelecidos em 1940 ⁽²⁾. Em meio ao afluxo contínuo de imigrantes, constituindo uma fonte, inesgotável de suprimento de mão-de-obra, observa-se a deterioração das condições de vida da grande massa de trabalhadores, principalmente, nos centros urbano-industriais, agravados pela desaceleração econômica, que sucede nos anos subsequentes ao período do "milagre brasileiro" (1963/74). O valor do salário mínimo sobe ligeiramente de 1975 em diante mantendo-se, porém, aquém dos valores estabelecidos em 1940 e sempre abaixo do aumento do custo de vida.

No campo, em vista dos progressivos avanços capitalistas observa-se a proletarização dos trabalhadores rurais e a expulsão de famílias inteiras em vista da concentração de posse da terra, ampliando a dependência de crescentes parcelas da população a viver às custas dos míseros salários (3, 4, 5).

Nestas circunstâncias coloca-se a questão das condições de reprodução da massa trabalhadora como requisito da reprodução da organização social e da própria ordem de produção.

Na luta pela sobrevivência coloca-se a necessidade do aumento do número de horas de trabalho tendo em vista a garantir rendimentos condizentes com as necessidades de sobrevivência (6). Diante das limitações desse expediente observa-se o aumento do número de trabalhadores por unidades domiciliares (6) paralelamente, à redução da fecundidade cujas evidências se acentuam particularmente a partir de 1965 (7,8).

De acordo com estudos existentes (8) observou-se uma queda progressiva da fecundidade em todo o país, a qual se situa entre 25 e 30% no período 1965-75, a despeito da inexistência de uma política oficial explícita de controle populacional. Contrariando as teses clássicas da Transição Demográfica que correlacionava melhores padrões de vida da população com menores índices de fecundidade, constata-se que a queda ocorre por conta principalmente de uma redução nas classes de baixa renda, em meio à crescente proletarização e deterioração das condições de vida (7,8).

Diante dessas evidências, como recurso de ajuste das condições de sobrevivência frente à pauperização de parcelas de trabalhadores, ressalta-se a consideração da família como espaço privilegiado da reprodução, sob o capitalismo emergente entre nós. Cada formação social deve garantir as condições de vida material de sua população, ou seja, a continuidade do modo de produção vigente, o que pressupõe reproduzir os integrantes desta população do ponto de vista biológico e social. Neste sentido, produção e reprodução

são processos intrinsicamente relacionados o que fundamenta a afirmação de que cada modo de produção tem suas leis próprias de população. Neste processo a família, mesmo no capitalismo mais avançado, tem desempenhado um papel central ainda que sob formas continuamente modificadas, em função da própria evolução das forças produtivas e das condições históricas específicas de sua instalação e desenvolvimento.

Segundo Durhan ⁽⁹⁾ a profunda revolução na organização do trabalho provocada pelo capitalismo, na qual o homem passou a vender sua força de trabalho, acarretou uma separação radical entre a produção social e a reprodução dos homens. Os grupos domésticos nas sociedades pré-capitalistas constituíam, frequentemente, uma unidade de produção não havendo portanto separação entre a produção de bens materiais e a reprodução dos homens. A industrialização, por sua vez, segundo Durhan ⁽⁹⁾ divorciou socialmente a produção da reprodução, separando essas duas esferas de atividade social em espaços distintos e distantes. No decorrer desse processo, a introdução da máquina tornando prescindível a força física, favoreceu a incorporação de mulheres e crianças no mercado de trabalho. A necessidade de uma legislação protetora que regulamentasse o trabalho da mulher e da criança constituiu um passo necessário tendo em vista não só aplacar as tensões sociais geradas pelas reivindicações populares, mas sobretudo garantir a reprodução da classe trabalhadora, que estava sendo afetada pela desenfreada exploração da força de trabalho. Reorganiza-se nestas condições a vida doméstica, norteadas por um modelo no qual o trabalho remunerado e o sustento da casa passam a constituir função do chefe de família, enquanto que à mulher reserva-se o trabalho propriamente doméstico.

Neste processo segundo Diercksen ⁽¹⁰⁾, acompanhando as transformações na composição orgânica do Capital, fazia-se necessário uma população educada e saudável capaz de acionar adequadamente a moderna tecnologia, de forma a assegurar o investimento em capital fixo. Assim, paralelamente, à

organização da vida doméstica ganha expressão a questão da Educação e Saúde visando a qualificação e a preservação da força de trabalho. O seguro social se institui como um dos canais importantes de salvaguarda da força de trabalho que se ausenta temporariamente, ou não, de suas funções, introduzindo-se, para tanto, a assistência médica individualizada, ao mesmo tempo que se configura uma importante fonte de recursos para a nova ordem financeira em estruturação. O Estado passa a se responsabilizar pela prestação de serviços de educação e saúde, entre outras atividades assistenciais, compatibilizando as reivindicações populares com as aspirações do capitalismo emergente. Neste repasse dos encargos da reprodução para o conjunto da sociedade o Capital participa indireta e parcialmente ressaltando-se, outrossim, a família como local estratégico de sua realização. Diante de formas continuamente modificadas, em função das condições de evolução histórica das forças produtivas, a reprodução, através da família, coloca-se sob as expensas dos próprios trabalhadores.

Para que alguns participassem da produção social, outros deveriam lavar, cozinhar, passar, etc. Estas atividades não deixariam de visar a realização de valores de uso, constituindo uma forma de economia doméstica indispensável à reposição da força de trabalho consumida no processo de produção (11,12). Assim, a participação de alguns membros da força de trabalho implicava na existência de outros envolvidos em atividades destinadas a tornar aptos para o consumo final bens adquiridos no mercado.

A reprodução implica na manutenção do trabalhador em termos da renovação quotidiana de suas forças (de forma a atender suas necessidades materiais no que se refere a alimentação, vestuário, abrigo, etc.) e da reposição quando se ausenta do trabalho por aposentadoria, invalidez ou falecimento (11). E essa reposição envolve, por tanto, não só a manutenção do trabalhador mas de seus descendentes, ou seja, a possibilidade de criar filhos. A base material para que isso se concretize depende dos salários diretos rece-

bidos em função da participação do trabalhador no mercado de trabalho, dos salários indiretos pagos, por exemplo, pelo Estado ao subsidiar serviços como saúde, educação, etc., e, dos bens e serviços domésticos que envolvem atividades não remuneradas, relacionadas com a renovação das forças do trabalhador e com a formação de nova geração de trabalhadores, realizadas no âmbito familiar. Assim através da "produção" doméstica de valores de uso agrega-se gratuitamente valor ao salário do chefe de família, responsável pelo sustento da casa, ao mesmo tempo que permite ao capital se reproduzir pagando salários abaixo do custo de reprodução da força de trabalho.

De forma geral, quanto maior for o nível de exploração dessa força de trabalho, também, maior se apresenta a tendência de transferência dos encargos da reprodução para o próprio trabalhador, ou seja, para a esfera doméstica de existência, em detrimento da participação (direta e indireta) do capital, dependendo das condições históricas de sua instalação e desenvolvimento.

O capitalismo emerge articulando organicamente com as formas primitivas de produção. Diante da intensa exploração da força de trabalho ligada à extração da mais valia absoluta, a reposição do trabalhador é assegurada, em grande parte, pelo afluxo de imigrantes provenientes das organizações familiares da economia de subsistência, prevalentes nas fronteiras de atuação capitalista. Por outro lado, a reprodução do trabalhador incorporado ao mercado de trabalho, que se estrutura na esfera de abrangência do capitalismo emergente, é assegurada de forma significativa pela organização de arranjos domiciliares. Neste processo a instituição familiar é, ao mesmo tempo, destruída, preservada e recriada em meio ao desdobramento da evolução das forças produtivas.

Quando o aprimoramento tecnológico permite mudar a forma de consumo de energia da pura força muscular para as formas potenciadas pela virtualidade técnica da máquina aumenta a produtividade da força de trabalho.

Observa-se nestas condições um aumento da produção de mercadorias o que segundo Oliveira (12) barateia o custo da reprodução da força de trabalho para o capital, ainda que aumentando as necessidades de subsistência do trabalhador e, por conseguinte os encargos de manutenção da fração desempregada do exército industrial de reserva e de sua fração latente, representada pelos filhos. Nestas condições, nota-se uma tendência a produzir um tamanho médio de família menor*, seguindo-se uma tendência à destruição da organização doméstica em detrimento do aumento da responsabilidade do capital, no tocante à reprodução da força de trabalho.

Estes processos sucessivos no tempo, tomando-se como referência o espaço restrito nos países desenvolvidos, tornam-se contemporâneos na esfera das relações ampliadas do capital, na medida em que, diante das possibilidades de realização da acumulação primitiva eles são desencadeados em ondas sucessivas nos países periféricos. No refluxo desse movimento nos países desenvolvidos, na medida em que se observa a diminuição da população nativa, paralelamente, à tendência de desconsideração da reprodução como atributo da organização familiar - o que se pode constatar pela diminuição do tamanho da família e pelo aumento de domicílios unipessoais (13), também aumenta a dependência das imigrações internacionais como fonte de obtenção de mão-de-obra barata. A realização da reprodução se realiza neste caso fora do espaço nacional e, estruturam-se diferenças sociais de classe na configuração familiar transpassadas pela distinção entre população nativa e imigrante.

Nos países subdesenvolvidos, em fase considerável de proletarização, todos estes processos coexistem dentro do espaço nacional, em função das possibilidades locais de realização da acumulação primitiva. As migrações continuam a se constituir numa fonte de suprimento de mão-de-obra e a

* De acordo com o autor (12) não é o tamanho do exército industrial de reserva que condiciona o tamanho da família mas sim a evolução das forças produtivas.

família como local estratégico da reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo que se observa intensa proletarização e mercantilização das condições de sobrevivência. Em meio à pobreza reinante, sob intenso apoio governamental observam-se avanços significativos da ordem capitalista sobre os outros modos de produção, que gravitam em sua órbita de influência e que permeiam o seu interior seja no campo seja na cidade, destruindo a economia de subsistência, assim como a "produção" doméstica de valor de uso - não apenas (segundo Oliveira ¹²) pela inserção da mulher nos contingentes de trabalho mas, principalmente pelo desdobramento progressivo da produção de mercadorias, com vistas à produção da mais valia. Apesar desses avanços, a manutenção dos elevados níveis de exploração da força de trabalho, do fraco poder de reivindicação do operário e, da limitada participação do Estado no subsídio de salários indiretos, observa-se a diminuição, generalizada, do tamanho da família, a par da evolução das forças produtivas, agravadas pela situação conjuntural. Considerando as limitações do padrão salarial e do alcance das políticas sociais vigentes, para a grande massa de trabalhadores, é através de uma série de arranjos ao nível das relações sociais familiares específicas, envolvidas num processo de maximização da utilização de bens disponíveis que se torna viável responder defensivamente à exploração da força de trabalho e garantir com isso a sobrevivência sob o capital. Nestas circunstâncias, paralelamente, à redução do número de filhos dos núcleos familiares, ganha importância o domicílio como espaço de elaboração das alternativas de sobrevivência, particularmente no tocante aos setores menos favorecidos da população. Nestas condições os arranjos familiares a nível domiciliar se mantêm como espaço privilegiado da reprodução, destacando-se configurações marcantes de classe das organizações familiares no âmbito nacional.

Recoloca-se nestes termos a família, sob a ótica da reprodução, como objeto de estudo, especialmente nos países capitalistas subdesenvolvidos como o nosso, ressaltando-se sua consideração no âmbito das relações so-

ciais, como expressão microcômica dos processos sociais mais amplos - os quais, ao circunscrever a reprodução biológica, delineiam intersecções significativas subjacentes à dinâmica populacional, na situação concreta de sua ocorrência histórica.

2. FAMÍLIAS, COMPOSIÇÃO E SOBREVIVÊNCIA - OS CONTORNOS DA PROPOSTA DE ESTUDO

2.1. FAMÍLIAS NUCLEARES E AMPLIADAS - UM PERFIL EM CONSTRUÇÃO

Famílias, enquanto núcleos de reprodução social, segundo Durham⁽⁹⁾, são grupos de pessoas que mantêm entre si relações de aliança* (criada pelo casamento), descendência e consanguinidade, organizadas, internamente pela divisão do trabalho. Como grupo de procriação tendem a organizar-se em unidades ou subunidades domésticas e residenciais, pelo menos durante parte de sua existência, cabendo ressaltar que os grupos domésticos e as unidades residenciais (conforme são destacadas no censo) não se confundem, necessariamente, com a constituição de unidades familiares, no seu sentido antropológico como foi definidos anterior.

* Para a procriação são necessárias relações sexuais, mas segundo Durham⁽⁹⁾, as relações sexuais não criam vínculos duradouros entre parceiros, sendo que as sociedades exercem uma enorme dose de coersão para estabilizar essas relações. O casamento é a condição necessária para legitimar a constituição da prole da mulher, associada ao tabu do incesto, o qual impõe uma distinção entre mulheres proibidas e mulheres permitidas, eliminando assim, uma manifestação natural da sexualidade, submetendo-a a regras e tornando-a instrumento de organização das relações sexuais. Continuando, afirma a autora⁽⁹⁾, se a família implica do ponto de vista da reprodução em alguma forma de controle da sexualidade é fundamental reconhecer que ela nunca se restringe a este aspecto, aliás, a questão da sexualidade transborda de muito a problemática da família. Do ponto de vista da reprodução social, por outro lado, o casamento consiste num sistema que atribui a homens determinadas responsabilidades específicas sobre a prole de cada mulher, organizando-se a forma peculiar, de sociedade para sociedade. Enquanto unidade ou átomos de parentesco as famílias combinam de forma peculiar, de sociedade para sociedade, num grupo específico de casamento, a consanguinidade e descendência organizando a divisão sexual do trabalho e a reprodução humana.

Enquanto modelo (ou seja, um conjunto de representações presentes na vida social que orientam o comportamento coletivo, o qual que não se confunde com a realidade), entre nós, o parentesco é bilateral priorizando-se as relações conjugais, onde o pai é identificado como genitor. O modelo de divisão sexual do trabalho estipula que o trabalho remunerado é função do marido, chefe de família, que prove o sustento da casa; à mulher cabe o trabalho doméstico. Mulher que procura o trabalho fora de casa está "ajudando" o marido e nestas condições sua ocupação é subordinada e complementar, no que diz respeito à manutenção da casa, - o que delimita a posição da mulher na sociedade. Só recentemente a divisão sexual do trabalho começa a sofrer alterações, as quais se restringem, porém, a alguns setores da população.

Ainda, segundo Durham (14), a importância no Brasil de um modelo familiar centrado na relação conjugal tem raízes profundas no passado colonial. Em função das formas de dominação política, impostas neste processo, observou-se a destruição de formas familiares próprias da cultura indígena e negra, impedindo a emergência de modelos alternativos. O vínculo conjugal privilegiado nas classes dominantes se contrapõe à presença de uniões não reconhecidas e estáveis, tanto legais, como consensuais, nos setores mais pobres e oprimidos, principalmente nas áreas urbanas. A precariedade das oportunidades de emprego e de ganho para a população masculina pobre comprometia o desempenho do papel socialmente reconhecido de provedor da família. Desse modo, o trabalho feminino remunerado, temporário ou permanente sempre foi fator importante na manutenção dos grupos domésticos das classes subalternas (o que não deu porém, maior autoridade a mulher em vista da manutenção dos padrões vigentes de divisão sexual do trabalho). Assim, sob o sistema colonial de dominação, na população mais pobre generalizam-se formas mutiladas do modelo básico de família. De acordo com a autora, a emergência do trabalho, livre/assalariado, sob o desenvolvimento capitalista, provavelmente, teria levado a ampliação do número de famílias estáveis, legalmente constituídas.

No campo, a instituição, no período colonial, da presença de famílias nucleares estáveis, associados à economia de subsistência, parece ter reproduzido com maior fidedignidade o modelo dominante de organização familiar. No trabalho "Da Cidade ao Campo", Durham refere que a presença da família conjugal não seria resultado de transformações recentes na estrutura da sociedade rural. O nomadismo associado à disponibilidade de terras teria favorecido a presença de famílias nucleares. Esses grupos domésticos não excluíam a cooperação inter-familiar. A presença de filhos pequenos favorecia a permanência de relações de ajuda mútua com a família de origem em momentos transitórios. As atividades econômicas implicavam em relações inter-familiares no âmbito do bairro, que no dizer de Antonio Cândido ⁽¹⁵⁾ definia a unidade de sociabilidade rural, permeada pelas relações de compadrio. Os parentes, por sua vez, constituíam pontos de apoio para o entrosamento possível com diferentes grupos de vizinhança e como ponto de ligação no caso das migrações para a cidade.

Esses dados chamam a atenção não só para a presença de famílias estáveis no campo mas para a presença predominante das famílias nucleares, em contraposição com a família extensa, incorporada indevidamente, como modelo de família tradicional brasileira, à semelhança da organização patriarcal descrita por Gilberto Freire (em Casa Grande e Senzala) - o que parece não descrever nem mesmo o padrão de organização familiar das classes abastadas ⁽¹⁶⁾.

A ampliação familiar ainda que de forma transitória ocorreria diante da necessidade de dar apoio aos migrantes recém-chegados nas cidades, à casais em constituição, na ausência de um provedor (diante das limitadas possibilidades da mulher garantir sozinha o sustento da família), em situações emergenciais de perda de emprego por parte do cônjuge, ou seja, diante das múltiplas ocasiões nas quais a disponibilidade de rendimentos se apresentariam insuficiente para manter a família. Neste caso a ampliação parece, isto sim, como fenômeno urbano associado às dificuldades de existência gerados no seio do capitalismo, nas forma como emerge entre nós.

As famílias de conterrâneos, como extensão da sociedade rural, constituem ponto de apoio para a integração do migrante nos centros urbano-industriais. Oferecendo abrigo, ajudando na busca de documentos e emprego até que se possa efetuar a constituição de nova unidade doméstica e residencial (16) garantem a manutenção das migrações como do mecanismo fundamental de suprimento de mão-de-obra barata. Consubstancia-se nestas condições o processo paralelo de reprodução da força de trabalho, fora da esfera dos encargos do capital, o que garante a subvalorização do seu custo, expresso no salário, na medida em que o migrante é incorporado ao modo propriamente capitalista de produção.

Nas vilas operárias Blay (17) observou que jovens casais em vista dos baixos rendimentos começavam a vida na casa dos pais. Neves (18) estudando uma população de favelados refere que o casamento por vezes não é viável na medida em que pressupõe investimentos materiais nem sempre possíveis. Comumente os pais favorecem a concretização da união oferecendo a possibilidade de co-habitação ou a construção do barraco para que o casal possa residir com relativa independência. Comumente os pais da jovem facilitam o uso comum da cozinha havendo preferência para a construção do barraco no espaço oferecido pela família de origem, havendo preferência para a matrilocalidade, por que evitaria conflitos, na medida em que reproduz o padrão de hierarquia anteriormente vivido na relação mãe-filha. Assim, no espaço físico da família de origem (tornando relativa a entrada independente de cada habitação como delimitação de uma unidade residencial e doméstica considerada no Censo) se estabelecem unidades solidárias que possibilitam um atendimento mais amplo e estável das necessidades, uma possibilidade maior de inserção das mães no mercado de trabalho, a percepção de rendimentos mais amplos e o acesso a crédito para despesas imprevistas, sem falar na troca de eletrodoméstico, bens de consumo, etc.

Ao estudar a população de favelados Neves ⁽¹⁸⁾ aponta para a presença de famílias constituídas de mãe e filhos provenientes de uniões sucessivas com vários companheiros em arranjos matrifocais resultante dos baixos rendimentos do cônjuge. A autoridade no seio da família depende de sua capacidade de atender às necessidades básicas através do salário. Quando devido à instabilidade de emprego, ou mesmo o desgaste excessivo a que se sujeita ele tem comprometida a possibilidade de assegurar a sua manutenção e a de sua família. Sem perspectiva de melhoria de condições de vida o trabalhador passa a perseguir novas oportunidades de rendimento prolongando a jornada de trabalho através de biscates. A mulher exige a adesão plena ao trabalho tendo em vista concretizar as condições materiais de vida. Quando isso não é possível a relação conjugal se rompe. Como nenhuma mulher consegue prover sozinha a casa, na ausência de um companheiro ou marido ela se volta para a família de origem onde a avó, em geral, assume o papel de concentradora e redistribuidora de recursos oferecidos pelos membros produtivos. Se a mulher arranja um novo companheiro ela recompõe sua família segundo os padrões dominantes. Este recurso de apoio da solidariedade matrifocal costuma ocorrer sobretudo quando os filhos são improdutivos. Quando eles ingressam no mercado de trabalho a mãe, mesmo na ausência de cônjuge, volta para as atividades domésticas, ou para o exercício de atividades renumeradas exercidas em sua própria casa, minimizando, dessa forma, a troca de favores com outras unidades e tenta reconstituir sua unidade familiar de forma mais autônoma. As famílias se compõem e recompõem ao longo do tempo, de forma dinâmica em vista das necessidades de rearticulação dos recursos internos e externos de modo a assegurar reprodução física e social de seus integrantes. Diante das limitações que se impõe às condições de sobrevivência em vista da forma como se estruturam as relações sociais de produção uma família nuclear é potencialmente uma família ampliada e vice-versa.

2.2. TRABALHO - COMPOSIÇÃO E RECOMPOSIÇÃO FAMILIAR

Enquanto unidade de sobrevivência e de reprodução material e ideológica da força de trabalho essas articulações e as diferentes combinações emergentes de tipos de família estão delineadas, em princípio, pelo quadro mais amplo do sistema de produção e das possibilidades de inserção de seus integrantes no mercado de trabalho.

Com base numa amostra de trabalhadores manuais e não-manuais, selecionadas em Rio Claro (São Paulo), no período 1967/68, Bilac ⁽¹⁹⁾ observou a configuração de formas distintas de organização da vida familiar. Tanto num grupo como noutro predominavam as famílias nucleares, com pequeno número de filhos, porém, com arranjos de existência que se estruturavam distintamente em função das perspectivas sociais, delimitadas pelas condições de inserção no mercado de trabalho, apontando para os diferenciais de condições de reprodução entre classes sociais e dentro da própria classe trabalhadora.

Os trabalhadores manuais ocupados em atividades que exigiam menores níveis de qualificação percebiam rendimentos reduzidos. Na medida em que o valor de sua força de trabalho, consubstanciado nos baixos salários, se encontravam fixados abaixo do custo de reprodução a sobrevivência dos grupos familiares com maior frequência (56, 7%) necessitavam para sua sobrevivência e um trabalhador adicional, recrutados, preferencialmente entre filhos e filhas desde tenra idade. Por outro lado, a necessidade de manter a família pequena para poder sobreviver com os poucos salários de seus membros geravam situação contraditória para o grupo doméstico na fase de dispersão de seu ciclo vital. A saída dos filhos mais ou menos concomitante com o declínio dos salários dos pais muitas vezes comprometiam a própria sobrevivência dos membros remanescentes do grupo familiar. Na ocorrência desse evento a ampliação da família, pela incorporação de um núcleo em expansão, principalmente, de forma matrifocal, foi apontado como sendo uma forma de contornar o problema.

Os trabalhadores não-manuais, integrariam a amostra ^{de} pessoas ocupadas em atividades que requeriam maiores níveis de escolarização, ligadas ao comércio e à prestação de serviços, principalmente, de caráter administrativo, financeiro e educacional. Entre eles o tamanho máximo da família era alcançado precocemente. A manutenção do grupo familiar resultaria preferencialmente do trabalho do chefe. Para este grupo de trabalhadores a dispersão se apresentava como uma fase de liberação da renda familiar para outro tipo de consumo como a compra de um carro, ou de uma casa, etc. Por outro lado a ampliação, conquanto ocorresse em proporções semelhantes ao dos trabalhadores manuais (13%), observava-se a predominância de incorporação de remanescentes de grupos em dispersão como viúvas por exemplo.

Ainda que o pressuposto cultural dos arranjos de ambos os grupos familiares fosse o mesmo, as diferentes condições de inserção no processo produtivo associadas a qualificação diferencial de mão-de-obra e da respectiva remuneração do trabalho apontavam para diferenças de organização da vida familiar. Tendo o trabalho como matriz dominante, é no interior da situação de classe que são determinados os conteúdos dos papéis centrais; sobre ele se estruturam as relações de parentesco e são determinados os códigos de interação que marcam a organização doméstica e sua articulação com as demais unidades.

As estratégias desenvolvidas pela classe trabalhadora no sentido de garantir a sobrevivência em meio à exploração vigente pressupõe que se otimize o emprego de recursos da força de trabalho. Segundo Woortman ⁽²⁰⁾ e Quiroga Fausto Neto ⁽²¹⁾ a geração da renda domiciliar se obtém a partir do trabalho assalariado, do trabalho realizado em meio às relações informais de produção de serviços e de produção de renda, que não se estruturam segundo os moldes capitalistas de produção, paralelamente, ao trabalho doméstico indispensável para a manutenção da força de trabalho. Na convivência e articulação do setor informal ao setor formal, delineiam-se os recursos estratégi-

cos de sobrevivência no âmbito da família, reproduzindo-se no micro ambiente social os elementos presentes no contexto mais geral que caracterizam a emergência do capitalismo entre nós; e, na articulação entre as possibilidades do exercício do trabalho remunerado e do trabalho doméstico não remunerado que, em meio à insuficiência de salários, delineiam-se a natureza e os limites de variação na redefinição dos papéis sociais internos à construção familiar.

Nas famílias operárias, quando o casal é jovem e os filhos são pequenos, segundo os autores (20,21) acima referidos, observa-se uma forte dependência sobre o trabalho do pai. Diante das dificuldades emergentes o núcleo familiar pode residir com os pais ou próximo de parentes da mulher. Quando os filhos crescem, torna-se possível transferir as atividades domésticas para eles, tornando possível a participação da mulher no orçamento domiciliar. Quando os filhos entram em idade produtiva a mãe mantém a autoridade na qualidade de articuladora da economia doméstica, mas a autoridade do pai passa a ser ameaçada. Em função da situação de classe é ela que lança os filhos menores no mercado de trabalho, cobra contribuição de cada membro da família, quem briga pela vaga na escola ou pela fila nos serviços assistenciais. Diante da situação concreta de existência (ainda que não visualize as raízes explicativas dessa situação) ela assume uma série de tarefas extras no confronto entre as classes que lhe asseguram a manutenção da autoridade. Para ser pai, por sua vez, impõe-se garantir o encargo de provedor da casa. O mercado de trabalho informal, que é o ponto de encontro entre os mais jovens e os mais velhos, ou que se desligam (temporariamente, ou não) do mercado formal de trabalho constitui um campo alternativo na busca de emprego - é importante, porém, que essas alternativas se concretizem para a manutenção do papel de pai. Finalmente, na fase de dispersão, os pais se tornam dependentes dos filhos, particularmente, no caso de não disporem de casa própria e se desenvolveram, ou não, um negócio familiar.

Através do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico processa-se uma contínua mas variada articulação entre o trabalho assalariado e as atividades domésticas e a produção simples de mercadorias. Sempre precisa haver, contudo, algum vínculo com o emprego formal para se ter direito a Previdência e a possibilidade de fazer compras a crédito, obter aposentadoria. Porém é do setor informal que se obtém dinheiro para pagar as prestações, garantir a entrada dos mais jovens no mercado de trabalho, suprir o desemprego e o afastamento do mercado formal de trabalho (que acena principalmente, com avanço da idade). Recria-se a família nessas condições, em função das especificidades com que se estrutura o capitalismo dependente entre nós, ao mesmo tempo que se desenvolvem os mecanismos indispensáveis de reprodução das condições sociais de produção, na forma como se estrutura em nosso meio.

A família como unidade de relações sociais, implica numa troca de prestação de serviços entre pessoas, ligadas entre si por laços de parentesco e afinidade. A luta contra a pauperização é a base fundamental de todo o projeto familiar, é o campo de batalha, segundo Quiroga Fausto Neto (21), para onde são convocados gradativamente todos os membros da família; é enfim o horizonte histórico imediato do indivíduo e de sua família, na ausência de um quadro mais amplo que só seria visualizado enquanto classe organizada*.

* Apesar da vida centrada nas necessidades imediatas a autora (21) observou a existência de um grande interesse pela política mas ela se colocava como uma questão externa naturalizada, permeada pela absorção de explicações do quadro ideológico dominante. A crise econômica era vista como resultante de uma crise internacional. Havia referências ao fato de que o governo enriquecia apertando os trabalhadores mas, eram desconhecidos os mecanismos de fixação do salário. O "estar por baixo" seria uma consequência do problema individual da falta de estudos. Os acidentes de trabalho ocorreriam por conta do descuido do trabalhador e não como consequência das limitações do processo de trabalho. Além da falta de canais para discussão, o que favorecia a incorporação de explicações do aparato ideológico dominante ressaltava-se, na investigação, o comprometimento dos mecanismos de reivindicações por parte dos trabalhadores. A própria rotatividade no emprego dificultava a sindicalização. A formalização dos direitos trabalhistas nos casos de dispensa do emprego era preterida em função de necessidade de manter limpa de informações a carteira de trabalho, que comprometeriam novas contratações. Isso sem falar que a concentração de renda e o empobrecimento das classes trabalhadoras, não atingindo igualmente ao operariado limita a visualização da questão básica da luta de classes.

De acordo com a autora ⁽²¹⁾, a primeira mobilização da classe operária para resolver o impasse estrutural é sem dúvida a mobilização da solidariedade do grupo familiar, o que justifica o apego do trabalhador à família. Através dela complementa-se o salário insuficiente e transforma-se os produtos adquiridos no mercado em produtos consumíveis. Nestes termos o grupo familiar termina sendo um dos principais agentes na elaboração e execução das estratégias que garantem um rebaixamento do preço da mão-de-obra ou do custo da reprodução para o capital. Isto significa que dentro da lógica mais geral o grupo familiar acaba atuando no sentido da manutenção de sua condição de empobrecimento; contraditoriamente, esse tipo de raciocínio é exatamente o oposto da forma com que a família vê sua condição de conjunta na luta pela sobrevivência. É pois, utilizando as próprias palavras de Quiroga ⁽²¹⁾, a dialética do desespero e da esperança ^{que} faz com que o indivíduo renove a cada dia o processo de luta pela sobrevivência. Assim, do ponto de vista de seus membros segundo a autora, ⁽²¹⁾ a organização e a ação da família está voltada para a busca das condições de sobrevivência; de um ponto de vista mais amplo sua ação está voltada para a reprodução da força de trabalho em sua dimensão material e ideológica.

Neste sentido, cabe ressaltar que a reprodução da força de trabalho pressupõe, antes de mais nada a reprodução dos homens - e, de toda uma população, capaz de garantir a existência do modo de produção - e, isto pressupõe considerá-la, ao mesmo tempo, no plano biológico e social. A reprodução material e simbólica da força de trabalho, no âmbito da família - e, do próprio modo de produção - circunscreve e, é circunscrita, pela reprodução biológica de seus atores. Sob esta perspectiva, a construção social das alternativas de sobrevivência, com toda a especificidade de sua manifestação entre nós, teria sua expressão, correspondente, no plano biológico de existência; e, apreende-la, neste plano, constituiria uma forma de apontar para intermediações significativas que se estabelecem, concretamente, entre a luta de cada um pela sobrevivência e, a própria reprodução da força de trabalho.

3. A FAMÍLIA COMO UNIDADE DE RENDA E DE SOBREVIVÊNCIA - A PROPOSTA DE UM RECORTE BIO-SOCIAL

O capital consome energia muscular e mental do trabalhador e nesse sentido o trabalho constitui um elemento fundamental na determinação das condições de saúde do trabalhador (entendida como o produto e como medida das condições de reprodução da força de trabalho). Porém, a reprodução entendida como a reposição quotidiana das forças do trabalhador e a manutenção de seus descendentes não se equaciona de forma estrita na esfera (capitalista) da produção, particularmente, levando em conta as condições históricas da emergência do capitalismo entre nós. Na medida em que baixos níveis de remuneração não alcançariam garantir a manutenção e a reposição da força de trabalho, seria no âmbito da família, como foi referido anteriormente, com toda a peculiaridade da dinâmica de sua organização, nas situações concretas de classe, que se delinaria o espaço marcante da constituição da unidade de consumo, recuperação e sobrevivência da força de trabalho desgastada na produção. Assim, considerando, que as relações de parentesco e afinidade assumem a configuração de relações econômicas do auxílio mútuo, as organizações domiciliares constituem-se em unidades de renda, e, como tal, o salário de um trabalhador, isoladamente, ainda que pese sua grande importância, não seria o único determinante das condições de vida, ou de consumo, nas classes trabalhadoras. A unidade familiar, subjacente ao conjunto das possibilidades de participação de seus integrantes no processo produtivo, delimitada, por tanto, num momento conjuntural, pelas alternativas de sua composição, teria definida a importância de seu papel no tocante à reprodução da força de trabalho, constituindo, por conseguinte, instância intermediária relevante (entre outras) na relação entre a dilapidação efetivada no trabalho e a saúde do trabalhador e, na própria constituição da população para a produção.

Em vista do exposto nos propusemos caracterizar as organizações domiciliares de trabalhadores de baixa renda como unidade de reprodução e consumo, no período crucial marcado pelo nascimento de uma criança, e avaliar a repercussão da constituição das alternativas de sobrevivência, estrutu

radas no âmbito domiciliar, no plano biológico de existência, tomando-se como parâmetro o estado nutricional da referida criança após o seu acompanhamento no primeiro ano de vida. Particularmente, norteou a realização do presente trabalho a hipótese de que o estado nutricional das crianças nas famílias estudadas estaria associada à renda domiciliar e não aos rendimentos dos provedores do núcleo reprodutivo (considerando a presença de famílias ampliadas).

Em vista dos propósitos do estudo, com base no levantamento "Influência das práticas alimentares no estado nutricional de lactentes e pré-escolares" (22) constituiu-se uma amostra de 259 crianças, com peso superior a 2.500 g, selecionadas, no dia seguinte ao seu nascimento, em berçário de normais de maternidades distribuídas em distintas regiões do município de São Paulo, - as quais residiriam com as mães, em unidades domiciliares com renda igual ou inferior a um salário mínimo per capita. Essas crianças ao integrarem a amostra, foram acompanhadas durante os sete primeiros meses de vida através de visitas domiciliares mensais, finalizando-se o estudo com 190 observações completas.

Ao focalizar a família como unidade de reprodução e consumo (5) procedeu-se, paralelamente, ao levantamento das condições de participação da mãe do lactente e do respectivo cônjuge no mercado de trabalho, à caracterização da composição domiciliar e da participação dos residentes no orçamento, como dependentes ou contribuintes. Ao mesmo tempo foram levantados dados referentes à perspectiva domiciliar do consumo, avaliada em função da renda per capita disponível, das condições habitacionais e do acesso aos serviços de saúde. Embora cientes de que a apreensão da família não se restringiria ao plano econômico de existência diante dos objetivos do trabalho, priorizou-se na análise dos dados sua constituição como unidade de renda.

Com exceção dos dados sobre naturalidade da mãe a qual envolveu levantamento retrospectivo, todas as demais variáveis foram controladas mês a mês, na medida em que pretendia-se dimensionar as condições de existência nessas famílias de baixa renda, no período marcado pelo nascimento e desenvolvimento de uma criança no primeiro ano de vida. Ao final do seguimento, procedeu-se, a partir de dados antropométricos, combinando-se os critérios de Gomez e Waterlow, à avaliação do estado nutricional dos lactentes, considerado como reflexo das limitações impostas à reprodução da força de trabalho em nosso meio, e como medida de acesso aos rendimentos dos arranjos alternativos de sobrevivência, identificados a nível domiciliar.

4. FAMÍLIA, SAÚDE E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - OS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

4.1. OS ARRANJOS DOMICILIARES

Destacando-se as unidades de reprodução dos grupos domésticos observamos que em 93 (48,9%) dos casos as famílias se enquadravam na categoria de Nucleares e as 97 (51,1%) restantes, na categoria de Ampliadas, ou seja, cohabitavam, no domicílio, outros elementos além dos integrantes do núcleo conjugal formado por mãe, filho(s) e cônjuge (no caso de estar presente). Vale ressaltar que no Censo de 1980 (8), a ampliação apareceu em torno de 19,6% das famílias, porém, não se pode menosprezar a importância desse recurso na constituição de alternativas de sobrevivência, levando em conta as condições sócio-econômicas e as diferentes fases do ciclo vital, as quais têm limitadas sua consideração no âmbito de um corte genérico da realidade. Ainda que a presença da família de composição nuclear fosse dominante, a par das limitações metodológicas apontadas na identificação das constituições familiares no Censo*, ressalta-se, a peculiaridade de sua organização

* Vide nota de rodapé na página seguinte

* A enumeração de indivíduos nos Censos, identificados a partir dos domicílios, tem constituído a unidade básica de observação dos estudos demográficos sobre família. Considerando porém que a família deveria ser distinguida na unidade habitacional, sob recomendação do Instituto Interamericano de Estatística (IASI), do qual o Brasil é signatário, a partir dos anos 60, são introduzidas informações adicionais de forma a possibilitar utilizá-la como unidade de observação. Adota-se em vários países (o conceito de família como "unidade doméstica" o qual pressupõe, de um lado, que seus integrantes ocupem a totalidade ou parte de uma habitação, e de outro, que compartilhem as refeições principais e atendam em comum às necessidades, tendo em vista reconhecer distintos grupos domésticos que convivem numa mesma habitação. No Censo de 1960 no Brasil mantém-se o conceito de família de família de residência (pessoas que compartilham a habitação mas não se leva em conta a exigência de fazerem as refeições em comum) distinguindo-se porém as relações de parentesco dos integrantes que vivem habitualmente no domicílio, o que permite classificar as famílias como unipessoais, nucleares extensas e compostas⁽²³⁾.

A definição de família, segundo Altmann⁽²⁴⁾ nos referidos Censos se apresenta como sendo "pessoa ou conjunto de pessoas residentes em domicílio particular ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica, ou ainda, o conjunto de no máximo cinco pessoas ligadas apenas por convívio"... "O domicílio particular é o que serve de moradia de no máximo a três famílias e tem como condições básicas a separação (habitação limitada por teto que permite privacidade para dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos), e a independência, esta entendida como acesso direto ao local da habitação, ou seja, sem passar por locais de habitação de outras pessoas. Desta forma, de acordo com a autora, além do fator de convivência, laços de parentesco ou dependência doméstica, as pessoas de uma família compartilham a privacidade e os bens duráveis e não duráveis, pelo fato de residirem em um domicílio particular. Na verdade a convivência se constitui no principal critério de individualização das famílias o que permite uma adaptação a concepção de unidade de consumo, o qual pressupõe um fundo comum de ingresso e não só o compartilhar de bens duráveis e não duráveis. Neste caso a coincidência entre a unidade familiar e de consumo aplicar-se-ia no Censo para as famílias nucleares mas não, necessariamente, para o caso de famílias conviventes em um mesmo domicílio particular, uma vez que são identificadas somente as relações de parentesco e não as econômicas. Por outro lado, caberia ainda acrescentar aos comentários de Altmann o fato de que, por vezes, as unidades de consumo transcendem ao espaço restrito das unidades residenciais particulares delimitadas pela presença de uma entrada independente.

no tempo, diante da transitoriedade dos arranjos, em vista das precárias condições de existência que se estabelecem nos países capitalistas de desenvolvimento tardio. Segundo Blay ⁽¹⁹⁾ de cada dez famílias operárias somente três nunca haviam sido ampliadas. Com os próprios dados da amostra estudada, num corte efetuado no oitavo mês de acompanhamento ⁽²⁵⁾, foi observada uma redução do número de famílias ampliadas para 39,5%.

Com relação à composição familiar no decorrer do seguimento da amostra, observou-se que o arranjo Nuclear se associava a presença do cônjuge (o que aconteceu em 97,8% dos casos), mas, o mesmo não se podia dizer em relação as famílias Ampliadas. Todas as unidades reprodutivas que não contavam com a presença do cônjuge em todo o seguimento foram localizadas entre as Ampliadas; o mesmo se deu em 13, dentre 15 famílias, em que a presença do cônjuge se fez forma parcial no seguimento - indicando que na falta do cônjuge, impor-se-ia a necessidade de associação a outros elementos ou unidades familiares.

Em vista desses resultados e objetivando distinguir formas comparáveis de organizações domiciliares, em meio as possibilidades de identificar diferentes processos sociais subjacentes a constituição dos arranjos, procedemos à reclassificação das famílias Ampliadas, tomando como referência a composição das unidades reprodutivas. Nesse sentido, constituíram-se os seguintes subtipos de famílias Ampliadas:

- I - unidades domiciliares que contavam com a presença do cônjuge durante todo o seguimento (n=63);
- II - unidades domiciliares que contavam com a presença do cônjuge durante parte do seguimento (n=13);
- III - unidades domiciliares que não contavam com a presença do cônjuge em todo o seguimento (n=21).

Quanto às características demográficas destas composições observamos, ainda, que as famílias Nucleares e os núcleos conjugais das famílias Ampliadas do subtipo I eram semelhantes, tomando-se como referência o número médio de filhos (que foi, respectivamente, da ordem de 2.9 e 3.1 criança) assim como a idade dos cônjuges (mães com 25,4 e 25,3 anos de idade, em média, respectivamente, e os cônjuges com 30,9 e 30,1 anos). Por sua vez os núcleos das famílias Ampliadas do subtipo II e II apresentaram constituição "incompleta" e mais jovem, ou seja, tinham, em média, respectivamente, 1,6 e 1,8 filhos e as mães, 19,7 e 22,1 anos de idade.

4.2. O TRABALHO DAS MÃES

A ausência de composições formadas exclusivamente por mãe e lactente na amostra, assim como a ocorrência de um único caso em que a família, de constituição Ampliada, foi sustentada exclusivamente pelo trabalho materno trazem implícitas e consideração de duas ordens paralelas de limitações, ou seja, a ocorrência, de um lado, da maternidade e dos cuidados exigidos pela criança nos primeiros meses de vida e, de outro, das limitações referentes ao mercado de trabalho feminino. Ainda que, 93,2% das mães já houvessem exercido atividades remuneradas em alguma época da vida, verificamos que após o nascimento do lactente apenas 38,4% se lançaram no mercado de trabalho no período estudado, sendo que em 20 casos não houve separação da mãe com a criança devido ao fato de essas atividades serem exercidas dentro do lar. Nas famílias Ampliadas observou-se uma proporção maior de mães com trabalho remunerado do que nas Nucleares, fazendo supor, ao lado da necessidade de contribuir para o orçamento domiciliar, maior liberação em relação aos afazeres domésticos. Chamaram atenção, especialmente, as proporções superiores de trabalho das mães entre as famílias que não contaram com a presença (total ou parcial) do cônjuge no seguimento. Esses valores chegaram a 69,2% e 66,7%, respectivamente, entre as famílias dos subtipos II e III enquanto que entre as Nucleares e as famílias Ampliadas do subtipo I esses valores foram de 29% e 34,9%.

Por outro lado, focalizando-se o número de mães que trabalharam mês a mês, no decorrer do seguimento, observamos que no total da amostra a entrada no mercado de trabalho aumentou progressivamente até o 49 mês, quando se observou a ocorrência máxima de emprego mensal da ordem de 25,8% no conjunto de amostra.

A par desses resultados chama-se a atenção para a disponibilidade da mão-de-obra feminina e para as limitações do mercado de trabalho, nessa amostra, em particular, circunscrita, na maioria das vezes, ao exercício de atividades subsidiárias ao modo propriamente capitalista de produção. Ao considerar as atividades reservadas à mulher no mercado de trabalho, observamos que 13 mães (17,8%) exerceram atividades no setor secundário, as demais tiveram suas atividades classificadas no terciário, sendo que 54,5% no ramo domiciliar (TABELA 1).

Quanto às relações de trabalho, constatamos que 49,3% das mães trabalhavam como assalariadas não-registradas. Em seguida situou-se o trabalho autônomo (31,5%), que oferece à mulher, principalmente no terciário, a possibilidade de conciliar o trabalho doméstico com o exercício de atividades eventuais, tais como faxineiras, manicures, lavadeiras, etc. O trabalho assalariado registrado observou-se em apenas 19,2% das mães que exerceram tarefas remuneradas no seguimento; quase inexistente no ramo domiciliar, dividiu-se entre aquelas que exerciam seu trabalho no secundário ou nos demais ramos do terciário (TABELA 1).

Em vista da intermitência do trabalho remunerado executado no seguimento, foram calculadas as médias de renda auferida nos meses em que trabalharam efetivamente. A proporção de rendimentos igual ou menor a um salário mínimo foi de 67,1%, sendo que na faixa de 1 a 2 salários mínimos maiores proporções foram encontradas entre as Ampliadas. O cálculo da média de renda (diante da pequena amplitude de variação) auferida pelas mães, entre

Nucleares e Ampliadas, foi respectivamente de 0,78 a 0,83 salário mínimo, indicando que, apesar das diferenças, esses valores seriam igualmente baixos.

Esses dados dão relevo à precariedade das condições de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, ao lado da dificuldade de conciliar atividades domésticas com trabalho remunerado, bem como confirmam a situação apontada anteriormente de dependência da mulher em relação ao cônjuge e à extensão familiar, ou a ambos, quanto ao encargo de sustentar seus filhos.

4.3. O TRABALHO DO CÔNJUGE

O trabalho do cônjuge, creditando seu papel de provedor da unidade de reprodução esteve sempre associado à participação no orçamento domiciliar.

Considerando as famílias Nucleares e as Ampliadas do subtipo I (que contaram com a presença do cônjuge durante todo o seguimento) observamos que em 14,3% dos casos o cônjuge trocou de ocupação no período não havendo, porém, diferenças dignas de nota entre elas; entre os casos restantes (que não trocaram de ocupação) 6,5% acumularam outro tipo de atividade paralelamente à ocupação principal. Como medidas de subemprego esses dados ressaltariam as precárias condições de integração desses trabalhadores no mercado de trabalho.

Assim, entre os 132 cônjuges que mativeram a mesma ocupação (com ou sem acúmulo de outra atividade) durante o seguimento 35,6% desempenharam a atividade principal na construção civil, distribuindo-se os restantes nos demais ramos do setor secundário e terciário, que exigiam menores níveis de qualificação (TABELA 2).

Do total da amostra 34,1% dos trabalhadores não eram registrados e 18,2% eram autônomos, que não contribuíam com a Previdência Social, indicando a presença de formas tradicionais e não propriamente capitalistas de produção. Na construção civil, considerada a porta de entrada dos migrantes,

expropriados dos meios de produção no campo, encontramos 70% dos cônjuges trabalhando como assalariados não-registrados; nos demais ramos do secundário o número de não-registrados foi de 23,5% e de autônomos de 14,7%. No terciário, em contraposição, encontramos 7,8% de trabalhadores não-registrados enquanto que a proporção de autônomos foi de 29,4% (TABELA 2).

Cabe lembrar que levando em consideração a proporção de assalariados não-registrados mais os autônomos, que "não pagavam o INPS", observamos que 53,8% dos cônjuges estudados não tinham direito aos serviços previdenciários evidenciando o limitado papel do Estado no subsídio de salários indiretos junto às populações carentes.

Nas circunstâncias de desamparo dessa população trabalhadora chamou-nos a atenção os níveis de desemprego encontrados na amostra. Tomando-se como referência as semanas anteriores às entrevistas mensais observamos que 23,2% desses trabalhadores estiveram desempregados* em algum momento no período de acompanhamento do lactente. Essa proporção foi significativamente maior entre migrantes com menos de cinco anos de permanência em São Paulo, porém, não observou-se diferenças significativas (de desempregados e de migrantes) entre as famílias Nucleares e Ampliadas.

Nestas condições, ainda que os cônjuges apresentassem rendimentos superiores aos das mães, quase sempre acima de um salário mínimo, seria de se esperar que muitos deles não tivessem condições mínimas de garantir o sustento da família. Destaca-se, a propósito, a presença do cônjuge como provedor não-exclusivo do orçamento domiciliar nas famílias Ampliadas. De acor-

* Realizando um corte no 7º mês de investigação, observamos a ocorrência de desemprego da ordem de 10,6% (25). Essas taxas seriam bem superiores aos dados de 1971/72 onde foram arroladas taxas de 0,7% a 4,7% de desemprego em São Paulo (26), mas estariam próximas aos 12% observados pelo DIEESE no município de São Paulo em 1981 (27), em estudo no qual ousaram revisar o conceito convencional de desemprego, restrito ao tempo de procura de emprego.

do com os dados disponíveis constatamos que o trabalho não-exclusivo dos cônjuges se associava com a disponibilidade de rendimentos inferiores à mediana, que era na época 2,3 salários mínimos (TABELA 3). Neste caso a ampliação constituiria um recurso alternativo de sobrevivência não só para as unidades reprodutivas que não contavam com a presença do cônjuge, mas para aqueles casos em que, estando ele presente, os baixos rendimentos limitassem as possibilidades de exercer suas funções de provedor da casa. Considerando, por outro lado, as condições comparáveis de inserção dos cônjuges no mercado de trabalho nas famílias Nucleares e Ampliadas, esses dados ressaltariam a vulnerabilidade daqueles que não pudessem contar com o concurso da extensão familiar como alternativa de sobrevivência.

4.4. A COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO DOMICILIAR

Objetivando caracterizar o domicílio como unidade de renda, procedemos à identificação do desempenho de atividades remuneradas, durante o seguimento, por parte dos demais elementos que integravam a família tendo em vista caracterizar sua participação na composição do orçamento domiciliar (TABELA 4). De acordo com os dados levantados observamos que os filhos tiveram uma participação irrisória no desempenho de atividades remuneradas - o que justificaria em vista da própria condição de seleção da amostra. Em contraposição destacou-se a extensão familiar ou seja, os demais membros que conviviam com o núcleo conjugal, como fonte de recursos para a composição do orçamento domiciliar, na medida em que sua presença pressupõe e propiciaria a disponibilidade de trabalhadores adicionais. Na grande maioria dos casos da amostra a extensão só não participou do orçamento domiciliar quando constituída de crianças e das avós dos lactentes, cuja presença constituía, por vezes, condição para liberação das mães para o exercício de trabalho remunerado.

Maiores níveis de participação da extensão familiar foram observadas nas famílias dos subtipos II e III, que não contavam com a presença do cônjuge no seguimento, porém, mesmo no subtipo I, o concurso da extensão ocorreu com 70% dos orçamentos domiciliares. Quanto à distribuição dos rendimentos auferidos no seguimento, pelos integrantes do domicílio observamos que a extensão familiar recebia quantias superiores às mães e filhos, e comparáveis aos rendimentos dos cônjuges, assegurando, portanto, uma participação importante na composição do orçamento domiciliar (TABELA 5).

O fato é que, em meio às variações na distribuição dos rendimentos dos integrantes do domicílio, à despeito do peso diferentes de cada um deles na composição do orçamento, a soma dos rendimentos de um trabalhador qualquer constituía, para cada família individualmente, um subsídio importante no acréscimo da renda disponível. De forma correlata, como se pode constatar, o aumento dos rendimentos pressupunha um aumento do número de trabalhadores disponíveis por família. Para os domicílios cujos rendimentos foram inferiores a 1 salário mínimo observou-se a presença, em média, de 1 trabalhador; para uma renda entre 1 a 3 salários mínimos foram necessários, em média, entre 1,2 a 1,6 trabalhadores; para uma renda de 4 salários mínimos, 3,9 trabalhadores. Nessas condições, a renda domiciliar nos diferentes tipos de família estaria condicionada pelas respectivas composições, que delimitariam o número e a qualidade de trabalhadores disponíveis.

Assim, assumindo a complementariedade dos rendimentos a nível domiciliar focalizamos o número médio de residentes por tipo de família, e o respectivo número de trabalhadores, de renda do núcleo reprodutivo e do domicílio (TABELA 6). Neste sentido observamos que em boa parte das famílias dificilmente um trabalhador seria capaz de suprir, nas condições concretas da amostra, as necessidades de sustento do domicílio. Considerando a população estudada como um todo seria necessário em média 1,8 trabalhadores para sustentar uma família de 6,3 componentes, resultados estes, que se assemelhavam

aos dados obtidos em investigação realizada no município de São Paulo em 1981 pelo DIEESE (27). Distinguindo-se as Nucleares das Ampliadas observamos que seria necessário, respectivamente, em média, 1,2 trabalhadores para uma família de 4,9 residentes, e de 2,4 trabalhadores para uma família de 7,5 residentes. Nas famílias do subtipo III (com o cônjuge ausente durante todo o seguimento) para uma média de 7,6 residentes constatou-se a presença de 3,1 trabalhadores.

Levando-se em consideração que o tamanho das famílias encobriria distintas composições, quantitativas e qualitativas, do número de trabalhadores, em meio às limitações de seus rendimentos, observamos que, embora os núcleos conjugais das Ampliadas apresentassem valores significativamente inferiores, ao das famílias Nucleares, não observamos diferenças (significantes) na distribuição da renda per capita total dos domicílios entre as famílias estudadas*. Contando com o conjunto dos rendimentos domiciliares, generalizou-se, com pequenas variações, a renda per capita em torno de 0,59 salários mínimos. No subtipo III das famílias Ampliadas, que apresentaram os mais baixos rendimentos do núcleo, 0,23 salários mínimos familiares per capita (SMFPC), a renda domiciliar chegou a 0,58 SMFPC. Somente no caso das famílias do subtipo II, onde a presença do cônjuge/extensão se fez parcial no seguimento, para uma família média de 6,3 elementos com 1,8 trabalhadores a renda per capita domiciliar alcançou o valor 0,47 SMFPC.

Sob as precárias condições de existência observadas na amostra, através de um esforço cooperativo, a ampliação possibilitaria suprir, no plano econômico, as limitações dos rendimentos dos integrantes das unidades reprodutivas. Nesse sentido, a distribuição das crianças segundo o estado nu-

* Na comparação das distribuições de renda das famílias Nucleares com os núcleos conjugais nas famílias Ampliadas e com a renda total do domicílio nestas famílias, aplicou-se o Teste de Mann Whitney, com aproximação à curva normal, respectivamente um Z de 2,48 e de 0,25. Considerando um Z crítico de 1,96 para um alfa de 5% a primeira relação foi considerada estatisticamente significativa.

tricional constituiria medida de acesso, no plano biológico, aos rendimentos da unidade familiar, colocadas a disposição pela ampliação enquanto alternativas de sobrevivência geradas no âmbito domiciliar.

4.5. DESNUTRIÇÃO E OS ARRANJOS DOMICILIARES

A nível biológico, não se observou diferenças significantes* quanto ao estado nutricional das crianças nas famílias Nucleares e Ampliadas (TABELA 7), cujas proporções de desnutrição foram respectivamente de 27% e 19,2%. Apesar da existência de rendimentos menores entre os núcleos reprodutivos nas famílias Ampliadas os níveis de desnutrição se apresentaram, inclusive, ligeiramente inferiores, indicando que sua ocorrência estaria associada com a renda global disponível no domicílio. Os menores níveis de desnutrição foram encontrados nas famílias do subtipo III, seguido das famílias do subtipo I; os piores níveis de desnutrição, assim, como a presença de formas mais graves, foram encontradas entre as famílias Nucleares e Ampliadas do subtipo II, onde a recomposição familiar, em função das alterações na constituição do núcleo reprodutivo, ocorreu no decorrer do seguimento.

Em vista destes resultados relacionamos o estado nutricional das crianças com a renda per capita do núcleo e do domicílio, tomando-se como parâmetro o indicador de 0,75 salários mínimos⁽²⁸⁾, calculado como sendo a renda mínima necessária, dentro da estrutura de gastos de uma família padrão de baixa renda, entre nós, capaz de cobrir as necessidades alimentares (mínimas). De acordo com os dados encontrados, observamos existir, realmente, uma relação de independência entre o estado nutricional das crianças com a renda per capita do núcleo conjugal (TABELA 8), enquanto que, ao contrário, observou-se associação significativa com relação à renda per capita do domicílio (TABELA 9). Confirmava-se, dessa forma, o acesso das crianças à renda domiciliar e à constituição da ampliação como mecanismo de defesa, tendo em vista suprir os baixos rendimentos da mãe e/ou do cônjuge.

* Fixou-se em 5% o nível para rejeição da hipótese de nulidade e assinalou-se com um asterisco os valores significantes na apresentação das tabelas que constam em anexo.

Chamou-nos a atenção ainda o fato de que, acima de 0,75 salários mínimos per capita, as crianças, entre as famílias Ampliadas, estariam isentar da ocorrência de desnutrição; enquanto que o mesmo não se observou entre as Nucleares, evidenciando, isto sim, ao lado das diferenças na estrutura de gastos nas distintas composições familiares, a vulnerabilidade e as limitações existentes, em nosso meio, no tocante à capacidade dos trabalhadores em garantir o sustento dos seus descendentes.

Avaliando-se as condições de moradia, saneamento e utilização de serviços de saúde, observamos que entre as famílias Ampliadas as perspectivas de consumo seriam ligeiramente melhores do que entre as Nucleares, porém, as diferenças não foram consideradas estatisticamente significantes, a não ser em relação às ligações com a rede pública de esgoto. Isso faria pensar, de um lado, que o esforço cooperativo de sobrevivência permitiria uma maximização qualitativa e quantitativa dos recursos disponíveis entre as famílias Ampliadas; e, apontaria, de outro lado, para as dificuldades do trabalhador de arcar, em meio à exploração vigente da força de trabalho pelo capital, com o "sustento da casa", entre as constituições Nucleares.

É interessante ressaltar que ao nivelar as proporções de desnutrição, as famílias Ampliadas estariam fornecendo condições inclusive de superar as limitações referentes ao peso ao nascer, inferior a 3.000 g, apontado como fator de importância na etiologia da desnutrição ⁽²⁹⁾. Crianças menores ao nascer têm que ganhar mais peso para alcançar os padrões de crescimento e desenvolvimento adequados, necessitando, portanto, de condições sócio-econômicas satisfatórias para recuperar a deficiência ponderal inicial. Nesse sentido observamos uma distribuição homogênea do peso insuficiente ao nascer entre as famílias estudadas, ao redor de 34%; somente entre as famílias do subtipo III as proporções alcançaram a cifra de 42,9%; porém, isso não chegou a determinar a existência de diferenças significantes entre as Nucleares e Ampliadas. De acordo com os resultados obtidos, constatamos que o peso

insuficiente apresentou associação estatisticamente significativa com a ocorrência de desnutrição no total da amostra e entre as famílias Nucleares, mas não se constituiu num fator limitante à sobrevivência, pelo menos em níveis significantes, entre as famílias Ampliadas (TABELA 10). Por sua vez, considerando, exclusivamente, as crianças com peso inferior a 3.000 g ao nascer (TABELA 11), observamos que as famílias Ampliadas apresentaram proporções significativamente inferiores de crianças desnutridas do que as Nucleares, evidenciando condições efetivamente melhores de recuperação, no primeiro ano de vida. Num meio, onde o aleitamento natural se faz por um período excessivamente curto, o acesso às melhores condições habitacionais, e uma maior disponibilidade de renda para o consumo imediato poderiam se constituir numa proteção aos processos mórbitos que desempenhariam, ao lado da falta de nutrientes, importante papel na etiopatogenia da desnutrição nos primeiros meses de vida.

Nestas condições as famílias Ampliadas estariam garantindo a recuperação daqueles que iniciaram o confronto com o meio ambiente em desvantagem biológica, reforçando as evidências de acesso aos recursos gerado ao nível do domicílio e a configuração da ampliação como mecanismo alternativo de sobrevivência.

Em vista destes resultados consideramos ainda a Ampliação frente às migrações, em vista do seu papel na constituição das classes trabalhadoras e na própria subvalorização do custo de reprodução da força de trabalho pelo capital em nosso meio.

Considerando, na amostra, a predominância de mães de origem rural em anos recentes, e que chegaram a São Paulo com família constituída, imaginamos que elas se constituiriam num grupo de risco, estando suas crianças especialmente expostas à desnutrição. De acordo com os dados existentes (TABELA 12) constatamos, realmente, que as crianças, nas famílias cujas mães provinham do meio rural, apresentavam proporções de desnutrição significante-

mente maiores em relação às de origem urbana, no total da amostra, e sobretudo entre as Nucleares, mas não entre as Ampliadas. Considerando não haver diferenças quanto às proporções de mães migrantes entre famílias Nucleares e Ampliadas, esses dados fariam pensar, que as ampliações, como extensão da sociabilidade rural, constituiriam recursos adaptativos ao meio urbano, retratando dessa forma, seu caráter de defesa nas circunstâncias mais expressivas sobre as quais se assentam os mecanismos de subvalorização do custo de reprodução da força de trabalho sob o capital.

5. FAMÍLIA, SOBREVIVÊNCIA E REPRODUÇÃO DA POPULAÇÃO - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob as precárias condições de existência, entre outras "virações", a ampliação domiciliar nas famílias de trabalhadores, mediante a incorporação sob o mesmo teto, de parentes e agregados constituiria recurso alternativo de sobrevivência. Através de um esforço cooperativo, compartilhando habitação e gastos em geral, paralelamente ao aumento do número de trabalhadores por unidade domiciliar, essas formações sociais possibilitariam suprir as limitações de inserção das mães e/ou dos cônjuges no mercado de trabalho e, conseqüentemente, suas dificuldades no tocante ao sustento das respectivas famílias.

Assim, confirmando a hipótese levantada, a observação de níveis semelhantes de desnutrição das crianças estudadas nas famílias Ampliadas em relação às Nucleares, a despeito dos rendimentos inferiores dos responsáveis pelos núcleos conjugais nessas formações, apontaram para o acesso das mesmas aos rendimentos das unidades domiciliares. Ressalta-se que ao nivelar o estado nutricional dessas crianças as famílias Ampliadas estariam fornecendo melhores condições de recuperação do peso insuficiente ao nascer.

Isso equivaleria dizer que ao constituírem unidades de sobrevivência, essas organizações familiares garantiriam, entre nós, sob condições de intensa exploração da força de trabalho, a reprodução, entendida não só como manutenção mas também como reposição do trabalhador, - em níveis, abaixo dos quais, a preservação da própria reprodução da organização social da produção poderia ser ameaçada. Neste sentido é interessante notar que os benefícios da ampliação foram extensivos aos filhos de mães naturais do meio rural, configurando-se esta alternativa de sobrevivência associada à presença de migrantes, sobre as quais se assenta a formação das nossas classes trabalhadoras, na medida em que se constituem na fonte indispensável de suprimento de mão-de-obra barata. Nestas condições ao apreender, no plano biológico de existência, a constituição das famílias de trabalhadores como unidade de renda, reafirma-se a configuração de alternativas de sobrevivência, geradas no âmbito domiciliar e, conseqüentemente, seu papel no tocante à reprodução da força de trabalho, em sua dimensão material e ideológica.

Por outro lado, tomando-se como pressuposto a correspondência existente entre os vários planos através dos quais pode-se apreender a realidade, coloca-se que, os fatos sociais circunscrevem o plano biológico de existência, ao mesmo tempo que, são por estes circunscritos, na medida em que os atores sociais precisam ser reproduzidos enquanto indivíduos e enquanto população. Ressalta-se a propósito a dimensão social dos fenômenos biológicos e a própria consideração da família no equacionamento dos problemas de saúde.

O corpo humano não é o mesmo em circunstâncias sociais distintas impondo-se a necessidade de superar, a visão individualizada e naturalizada das questões biológicas e da saúde das populações. Com frequência a população é vista como a soma de indivíduos, onde o corpo humano, aparece como se fosse um sistema de funcionamento universalizado e ahistórico, independente do plano social de existência, ou seja, descolado do social, na medida em que este se apresenta externo à organização biológica da existência. Na ver-

dade, condições de saúde de uma população constituem expressão coletiva das experiências socialmente vivenciadas, fruto das formas pelas quais os homens se relacionam entre si e com a natureza. Diante da experiência grupal de vida configuram-se padrões grupais de saúde-doença distintos nas formações sociais específicas, da mesma forma que as doenças se apresentam como entidades mórvidas distintas em diferentes grupos sociais - a malária se constitui numa doença de manifestação mais grave entre brancos do que entre os índios; o mesmo acontece com o sarampo nas populações carentes.

Nesta linha de colocação, o trabalho constitui ponto crucial para dimensionar as condições de saúde das populações ou, dos setores populacionais, na medida em que situa-se no momento da produção o próprio desgaste/realização do trabalhador, em meio aos recursos disponíveis de transformação da natureza e das formas de exploração que se estabelecem entre os homens; ao mesmo tempo que, a partir dele, delineiam-se as demais instâncias de organização da vida social. Por sua vez, é no conjunto ampliado desses espaços sociais que se processa o balanço entre o acesso aos benefícios que a sociedade é capaz de gerar e os dispêndios efetivados no âmbito da produção, ou seja, é neste espaço que se circunscreve a manutenção e a reposição do trabalhador e seus descendentes, paralelamente a reprodução material e ideológica da força de trabalho a um só tempo, biológica e social.

Quando o homem, destituído dos meios de produção passou a vender sua força de trabalho, estabeleceu-se, conforme foi referido anteriormente, uma separação entre o local de produção e de reprodução, reformulando-se, nestas circunstâncias o papel da família. Estas esferas, porém, nunca deixaram de estar mutuamente referenciadas, ressaltando-se que a família, norteadada pela organização da produção, como unidade de reprodução material e ideológica da força de trabalho, assume configurações específicas, destacando-se sua importância, particularmente, diante do fato de que a reprodução, num país subdesenvolvido, se realiza, em grande medida, fora da esfera direta ou indireta dos encargos do capital. É através dela, em meio ao limitado poder rein

vindicativo das classes trabalhadoras, que se alcança fazer frente à intensa exploração da força de trabalho com que emerge o capitalismo num país periférico, ressaltando-se que, se o trabalho é a matriz sobre a qual se organiza a família, é o esforço conjunto de seus integrantes que permite garantir a sobrevivência dos trabalhadores e seus descendentes. Neste sentido os resultados encontrados na investigação, ao mesmo tempo que apontavam para a constituição familiar como alternativa de sobrevivência, também colocavam, como sendo relativa a consideração de delapidação da força de trabalho, associada à criação de valor, no momento estrito da produção. Neste sentido destaca-se o papel da família, em sua manifestação de classe, subjacente, historicamente, à organização social da produção (em meio ao conjunto de instâncias sociais relacionadas com a reprodução), como importante categoria de investigação na consideração da determinação social das doenças.

Finalmente, ao ressaltar a constituição familiar como alternativa de sobrevivência, e chamar a atenção para a dimensão social dos fenômenos biológicos, não poderíamos deixar de retomar a questão da dimensão biológica da existência social encarada no sentido da formação da população para o Capital. Com frequência destacam-se as esferas biológicas e sociais da reprodução, da mesma forma que, a reprodução da força de trabalho da reprodução do trabalhador e destes, com a reprodução da população, - porém, não se pode perder a perspectiva das intersecções dos diferentes planos que constituem o complexo da reprodução, sob pena de ter limitada a oportunidade de estabelecer mediações importantes na consideração da luta pela sobrevivência, que se estabelece a nível individual e da própria organização social da produção.

As composições familiares encobrem processos dinâmicos que se estruturam, em função do ciclo vital de sua constituição (fase de organização, expansão e dispersão) e das condições de reprodução configurados junto a um determinado modo de produção, no interior das situações de classe. Assim os tipos de família, apreendidos num corte de tempo, expressam alternativas de

reprodução no espaço delimitado pela produção ressaltando-se que, é o conjunto das possibilidades estabelecidas pelos arranjos familiares, que traduzem os processos individuais e concretos de existência - os quais delineiam, por sua vez, mecanismos específicos de sobrevivência da população e de reprodução da força de trabalho, perpetuando, nestas circunstâncias, as condições de empobrecimento em nosso meio de sobrevivência da população. Sob o referencial da reprodução, estes processos, apreendidos no plano das relações sociais, permitem caracterizar o esboço de um perfil de família em constante construção e, ao mesmo tempo, delinear os espaços das intersecções que se estabelecem com o plano biológico de existência, - os quais, no seu conjunto, permitem, por sua vez, compreender como se efetiva, concreta e historicamente, na trajetória das formações sociais, o comportamento da dinâmica populacional, sobre a qual se constrói o circuito da reprodução da organização social da produção, assim como, o próprio delineamento através das quais se processam os confrontos dos homens entre si e deles com a natureza.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. SINGER, P.I. - A economia brasileira depois de 1964. Debate & Crítica (4): 1-23, 1974.
2. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - Salário Mínimo: Evolução Histórica. São Paulo, 1978.
3. PINSKY, J. et al. - Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, Ed. Hucitec, 1977. (Coleção Estudos Brasileiros nº 7).
4. SAINT, W. S. & GOLDSMITH, W.W. - Sistema de Lavoura, mudança estrutural e migração rural-urbana. Estudos CEBRAP (25): 135-65, 1978.
5. GOLDENBERG, P. - Organização Social e Desnutrição e Famílias de Baixa Renda no Município de São Paulo. São Paulo, 1981. [Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].
6. SINGER, P.I. - Economia Política do Trabalho. 2ª Ed. São Paulo, Ed. Hucitec, 1979.
7. CARVALHO, C.A.M.; PAIVA, P.T.A.; SAWYER, D. R. - A Recente Queda da Fecundidade no Brasil: Evidências e Interpretações. CEDEPLAR, monografia nº 12. Belo Horizonte, 1981.
8. ALTMANN, A.M.G. - Estrutura Familiar e Transição Demográfica: o caso do Brasil. Apresentado no Congresso Latinoamericano de Poblacion y Desarrollo. México 8-10 Nov., 1982. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE - Grupo Especial de Análise Demográfica (GEADE). São Paulo, 1983 (mimeo).
9. DURHAM, E. R. - A família e a mulher. In: Centro de Estudos Rurais e Urbanos. Família e Sociedade. Cadernos nº 18, 1ª Série, Maio de 1983.
10. DIERCKSENS, W. - La reproducción de la fuerza de trabajo y la salud. Rev. C. A. de Ciencias de la Salud (13), mayo-agosto, 1979.

11. MEILLASSOUX, C. - Mulheres, celeiros e capitais. São Paulo, Ed. Afrontamento, 1977.
12. OLIVEIRA, F. - A produção dos homens: Notas sobre a Reprodução da População sob o Capital. In: A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977.
13. CANEVACCI, M. - Família & Tendências na Europa. Conferência realizada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Setembro de 1984.
14. DURHAM, E.R. - Família e Casamento. Anais do 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Vitória, ES, Outubro de 1982.
15. - CÂNDIDO, A. - Os Parceiros do Rio Bonito. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1964.
16. DURHAM, E.R. - A caminho da cidade. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973.
17. BLAY, E.A. - Casa, Família e Propriedade. V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Friburgo, 1981 (mimeo.).
18. NEVES, D.P. - Nesse Terreiro Galo não Canta. V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Friburgo, 1981 (mimeo.).
19. BILAC, E.D. - Famílias e Trabalhadores: estratégias de sobrevivência. São Paulo, Ed. Símbolo, 1978.
20. WOORTMANN, T. - A Família Trabalhadora. VII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Outubro de 1983 (mimeo.).
21. FAUSTO NETO, A.M.Q. - Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho. Petrópolis, Ed. Vozes, 1982.

22. SIGULEM, D.M.; TUDISCO, E.S.; MANOEL, N. de J.; GOLDENBERG, P.; GOIHMAN, S. - Influência das práticas alimentares no estado nutricional de lactentes e pré-escolares. Grupo de Nutrição da Escola Paulista de Medicina (GN/IMPEP). Relatório Final, São Paulo, 1979 (mimeo.).
23. LOPES, V.F. - La Familia en el Brasil segun el Censo de Poblacion de 1970.
24. ALTMANN, A.M.G. - A informação de Família no Censo Demográfico. In: La familia. CELADE Costa Rica, 1976. IIIº Seminário Metodológico sobre o Censo Demográfico de 1980. Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Ouro Preto, Junho de 1984 (mimeo.).
25. GOLDENBERG, P. - O estado nutricional de grupos biologicamente vulneráveis e as condições sociais de existência em famílias de baixa renda. Relatório. Departamento de Medicina Preventiva, EPM. São Paulo, 1983 (mimeo.).
26. CAMARGO, C.P.T. de, et al. - São Paulo, 1975: crescimento e pobreza. 4ª Ed. São Paulo, Ed. Loyola, 1977.
27. BARELLI, W.; ANDRAUS, A. - Pesquisa de padrão de vida e emprego na região metropolitana de São Paulo: população economicamente ativa e situação ocupacional. Anais do Terceiro Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Vitória, ES, 1982.
28. ALVES, E.L.G. - Fatores sócio-econômicos e adequação nutricional. São Paulo, 1978. [Dissertação de Mestrado, Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo].
29. SIGULEM, D.M. - Condições de Saúde e Nutrição de Lactentes no Município de São Paulo. São Paulo, 1981 [Tese de Doutorado - Escola Paulista de Medicina].

TABELA 1 — OCUPAÇÃO (PRINCIPAL) DAS MÃES SEGUNDO SETOR/RAMO E RELAÇÃO DE TRABALHO, NO SEGUIMENTO

SETOR/RAMO	AUTÔNOMOS		ASSALARIADOS				TOTAL	
			REGISTRADOS		NÃO REGISTRADOS			
Secundário	1	(7,7%)	5	(38,5%)	7	(53,8%)	13	(100,0%)
Terciário Domiciliar	15	(37,5%)	1	(2,5%)	24	(60,0%)	40	(100,0%)
Terciário Outros	7	(35,0%)	8	(40,0%)	5	(25,0%)	20	(100,0%)
TOTAL	23	(31,5%)	14	(19,2%)	36	(49,3%)	73	(100,0%)

TABELA 2 — DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CÔNJUGE, ENTRE AQUELES QUE MANTÊM A MESMA OCUPAÇÃO, COM OU SEM ACÚMULO, NO SEGUIMENTO, SEGUNDO RELAÇÃO DE TRABALHO E SETOR/RAMO

SETOR/RAMO	RELAÇÃO DE TRABALHO						TOTAL
	AUTÔNOMO		ASSALARIADO REGISTRADO		ASSALARIADO NÃO REGISTRADO		
Construção Civil	4	(8,5%)	10	(21,3%)	33	(70,2%)	47 (100,0%)
Secundário demais ramos	5	(14,7%)	21	(61,8%)	8	(23,5%)	34 (100,0%)
Terciário demais ramos	15	(29,4%)	32	(62,8%)	4	(7,8%)	51 (100,0%)
TOTAL	24	(18,2%)	63	(47,7%)	45	(34,1%)	132 (100,0%)

TABELA 3 — RENDA DO CÔNJUGE EM SALÁRIOS MÍNIMOS (SM) QUANDO TRABALHADOR EXCLUSIVO OU NÃO, NO SEGUIMENTO, EM RELAÇÃO A MEDIANA, ENTRE AS FAMÍLIAS NAS QUAIS SE ENCONTRA PRESENTE EM TODOS OS CONTROLES

Σ MEDIANA (= 2,3 SM)	TRABALHO EXCLUSIVO		TOTAL	PROPORÇÃO DE TRABALHO EXCLUSIVO
	SIM	NÃO		
≤ Mediana	31	47	78	39,7%
> Mediana	44	32	76	57,9%
TOTAL	75	79	154	48,7%

$$X^2 \text{ calculado} = 5,08^*$$

$$X^2 \text{ crítico} = X^2 (1 \text{ gl}; 0,05) = 3,84$$

TABELA 4 — TRABALHO DOS INTEGRANTES DO DOMICÍLIO, NO SEGUIMENTO, NAS FAMÍLIAS NUCLEARES E AMPLIADAS (%)

INTEGRANTE DO DOMICÍLIO	TRABALHO EXCLUSIVO	NUCLEARES	AMPLIADAS				TOTAL
			I	II	III	TOTAL	
		N = 93	N = 63	N = 13	N = 21	N = 97	N = 190
MÃE	SIM	0,0	0,0	0,0	4,7	1,7	0,5
	NÃO	29,0	34,9	69,2	56,7	46,4	37,9
FILHOS	SIM	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	NÃO	9,7	9,5	0,0	4,8	7,2	8,4
CÔNJUGUE	SIM	65,6	22,2	0,7	—	19,7	45,0
	NÃO	33,3	77,8	92,3	—	80,3	54,4
EXTENSÃO	SIM	—	0,0	0,0	23,8	5,2	2,6
	NÃO	—	69,8	92,3	76,2	74,2	37,9

TABELA 5 — DISTRIBUIÇÃO DA RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS (SM) DO CÔNJUGE, DA MÃE, DOS FILHOS, DA EXTENSÃO E DO TOTAL DO DOMICÍLIO NO SEGUIMENTO

RENDA (SM)	CÔNJUGE	MÃE	FILHOS	EXTENSÃO	DOMICÍLIO
< 1	16 (9,5%)	64 (86,5%)	10 (62,5%)	24 (31,2%)	6 (3,2%)
1 + 2	66 (39,3%)	9 (12,2%)	4 (25,0%)	17 (22,1%)	45 (23,7%)
2 + 5	81 (48,2%)	1 (1,3%)	2 (12,5%)	23 (29,9%)	116 (61,0%)
> 5	5 (3,0%)	0	0	13 (16,8%)	23 (12,1%)
TOTAL	168 (100,0%)	74 (100,0%)	16 (100,0%)	77 (100,0%)	190 (100,0%)

TABELA 6 - INTEGRANTES DO DOMICÍLIO TRABALHADORES E RENDA PER-CAPITA (DO NÚCLEO E DO DOMICÍLIO) EM FAMÍLIAS NUCLEARES E AMPLIADAS.

VARIÁVEIS (VALORES MÉDIOS)	NUCLEARES	AMPLIADAS				TOTAL
		I	II	III	TOTAL	
Nº DE INTEGRANTES NO DOMICÍLIO	4,9	7,7	6,3	7,6	7,5	6,3
Nº DE TRABALHADORES	1,2	2,3	1,8	3,1	2,4	1,8
RENDA PER-CAPITA DO NÚCLEO	0,59	0,65	0,35	0,23	0,52	0,55
RENDA PER-CAPITA DO DOMICÍLIO	0,59	0,59	0,47	0,61	0,58	0,58

TABELA 7 — ESTADO NUTRICIONAL DOS LACTENTES ENTRE FAMÍLIAS NUCLEARES E AMPLIADAS

ESTADO NUTRICIONAL		NUCLEARES	AMPLIADAS				TOTAL
			I	II	III	TOTAL	
Eutróficos		68 (73,1%)	51 (81,0%)	9 (69,2%)	18 (85,7%)	78 (80,4%)	146 (76,8%)
Desnutridos	D _I	16 (17,2%)	8 (12,7%)	2 (15,4%)	3 (14,3%)	13 (13,4%)	29 (15,3)
	D _{II}	8 (8,6%)	4 (6,3%)	1 (7,7%)	0	5 (5,2%)	13 (6,8%)
	D _{III}	1 (1,1%)	0	1 (7,7%)	0	1 (1,0%)	2 (1,1%)
	Total	25 (26,9%)	12 (19,0%)	4 (30,8%)	3 (14,3%)	19 (19,6%)	44 (23,2%)
TOTAL		93 (100,0%)	63 (100,0%)	13 (100,0%)	21 (100,0%)	97 (100,0%)	190 (100,0%)

Eutróficos X Desnutridos entre Nucleares e Ampliadas (I + II + III):

$$X^2 \text{ calculado} = 1,42$$

$$X^2 \text{ crítico} = X^2 (1 \text{ gl}; 0,05) = 3,84$$

TABELA 8 — ESTADO NUTRICIONAL DOS LACTENTES SEGUNDO RENDA PER CAPITA EM SALÁRIOS MÍNIMOS (SM) DO NÚCLEO FAMILIAR, NO SEGUIMENTO

RENDA PER CAPITA (SM) NÚCLEO	DESNUTRIDOS	EUTRÓFICOS	TOTAL	PROPORÇÃO DE DESNUTRIDOS
< 0,75	38	111	149	25,50%
≥ 0,75	6	35	41	14,63%
TOTAL	44	146	190	23,16%

X^2 calculado = 2,13

X^2 crítico = X^2 (1 gl; 0,05) = 3,84

TABELA 9 — ESTADO NUTRICIONAL DE LACTENTES ENTRE FAMÍLIAS NUCLEARES, AMPLIADAS E NO TOTAL DA AMOSTRA, SEGUNDO RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (RDPC)

RDPC (SM)	NUCLEARES			AMPLIADAS			TOTAL		
	TOTAL	DESNUTRIDOS		TOTAL	DESNUTRIDOS		TOTAL	DESNUTRIDOS	
		Nº	%		Nº	%		Nº	%
< 0,75	70	20	28,6	75	19	25,3	144	39	27,1
≥ 0,75	23	5	21,7	22	0	0,0	46	5	10,9
TOTAL	93	25	26,9	97	19	19,6	190	44	23,2

Eutróficos x Desnutridos:

1. Nucleares

$$X^2 \text{ calculado} = 0,41$$

$$X^2 \text{ crítico} = X^2 (1 \text{ gl}; 0,05) = 3,84$$

2. Ampliadas

$$\text{Teste Exato de Fisher: } P = 0,0041 \text{ ou } 0,41\% *$$

3. Total da Amostra

$$X^2 \text{ calculado} = 4,28*$$

$$X^2 \text{ crítico} = X^2 (1 \text{ gl}; 0,05) = 3,84$$

TABELA 10 — DESNUTRIÇÃO DE LACTENTES ENTRE FAMÍLIAS NUCLEARES, AMPLIADAS E NO TOTAL DA AMOSTRA, SEGUNDO O PESO AO NASCER

PESO AO NASCER (g)	NUCLEARES			AMPLIADAS			TOTAL		
	TOTAL	DESNUTRIDOS		TOTAL	DESNUTRIDOS		TOTAL	DESNUTRIDOS	
		Nº	%		Nº	%		Nº	%
< 3.000	32	17	53,1	33	7	21,2	65	24	36,9
> 3.000	61	8	13,1	64	12	18,8	125	20	16,0
TOTAL	93	25	26,9	97	19	19,6	190	44	23,2

Eutróficos X Desnutridos:

1. Nucleares

$$X^2 \text{ calculado} = 17,07^*$$

2. Ampliadas

$$X^2 \text{ calculado} = 0,08$$

3. Total da Amostra

$$X^2 \text{ calculado} = 7,30^*$$

$$X^2 \text{ crítico} = X^2 (1 \text{ gl}; 0,05) = 3,84$$

TABELA 11 — ESTADO NUTRICIONAL DE LACTENTES QUE NASCERAM COM PESO < 3.000 g ENTRE FAMÍLIAS NUCLEARES E AMPLIADAS

TIPO DE FAMÍLIA	ESTADO NUTRICIONAL			PROPORÇÃO DE DESNUTRIDOS
	DESNUTRIDOS	EUTRÓFICOS	TOTAL	
Nucleares	17	15	32	53,1%
Ampliadas	7	26	33	21,2%
TOTAL	24	33	65	36,9%

X^2 calculado = 7,10*

X^2 crítico = $X^2(1 \text{ gl}; 0,05) = 3,84$

TABELA 12 — ESTADO NUTRICIONAL DE LACTENTES, FILHOS DE MÃES MIGRANTES DE FAMÍLIAS NUCLEARES E AMPLIADAS, DO TOTAL DA AMOSTRA, SEGUNDO NATURALIDADE RURAL OU URBANA

NATURALIDADE	NUCLEARES			AMPLIADAS			TOTAL		
	TOTAL	DESNUTRIDOS		TOTAL	DESNUTRIDOS		TOTAL	DESNUTRIDOS	
		Nº	%		Nº	%		Nº	%
Rural	45	16	35,6	48	10	20,8	93	26	28,0
Urbana	29	2	6,9	22	5	22,7	51	7	13,7
TOTAL	74	18	24,3	70	15	21,4	144	33	22,9

Eutróficos X Desnutridos:

1. Nucleares

$$X^2 \text{ calculado} = 7,87^*$$

$$X^2 \text{ crítico} = X^2 (1 \text{ gl}; 0,05) = 3,84$$

2. Ampliadas

Teste Exato de Fisher: P = 0,6945 ou 69,45%

3. Total da Amostra

$$X^2 \text{ calculado} = 4,20^*$$

$$X^2 \text{ crítico} = X^2 (1 \text{ gl}; 0,05) = 3,84$$